

UNIDADE

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

Maio/Junho-2019 - Número 399 - Ano 42

Luta contra calote da Abril arranca prazo de pagamento



pág. 05

Ato unificado de trabalhadores lesados pelas empresas Abril e RR. Donnelley

Trabalhadores preparam Greve Geral contra a reforma da Previdência

págs. 06 e 07



Em 15 maio, ato na Paulista pela Previdência e Educação

Novo Conselho Editorial

Assembleia elege jornalistas que vão ajudar a melhorar a comunicação do Sindicato





Última hora: mobilização em Santos

No momento do fechamento desse jornal, jornalistas da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) organizavam uma greve, junto à regional Santos do SJSP e em unidade com os

demais trabalhadores da administração portuária.

A mobilização estava marcada para 29 de maio, em razão da direção da Codesp querer retirar direitos do Acordo Coletivo de Trabalho e oferecer um reajuste de apenas 25% do INPC. Os funcionários tinham nova assembleia na véspera da data marcada para a paralisação. No dia 27, antes do novo encontro dos trabalhadores, a empresa aceitou prorrogar o Acordo anterior por mais 30 dias, para continuar as negociações.

Oficinas: produção em vídeo e medidas contra violência

A regional Piracicaba do SJSP promove uma oficina de produção em vídeo no dia 8 de junho, na Câmara de Vereadores. O objetivo é abordar técnicas para captação em áudio e vídeo, os principais planos e movimentos de câmera, iluminação e o uso de equipamentos. O curso contará com exercício prático.

As inscrições são gratuitas. Mais informações acesse o site: bit.ly/2W8afIn

Já na capital, dia 1º de junho foi realizado o curso "Violência contra jornalistas: medidas de proteção em coberturas de manifestações e para redes sociais", em parceria com a ONG Artigo 19 e a Associação de Repórteres

Fotográficos e Cinematográficos (Arfoc-SP). Em breve, no site do Sindicato, você pode conferir as principais conclusões e orientações da oficina.

Já está disponível uma cartilha com orientações para jornalistas que atuam em coberturas de manifestações: <http://bit.ly/GuiaVioJor>



UNIDADE

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Diretoria Executiva

- Presidente**
Paulo Zocchi
- Secretária-geral**
Cândida Vieira
- Secretário de Finanças**
Claudio Soares
- Secretário do Interior**
José Eduardo de Souza
- Secretária de Comunicação e Cultura**
Priscilla Chandretti
- Secretário de Relações Sindicais e Sociais**
André Freire
- Secretária de Sindicalização**
Lílian Parise
- Secretária Jurídica e de Assistência**
Evany Sessa
- Secretária de Formação Sindical e Profissional**
Ana Flávia Marx

Diretores de Ação Sindical

- Alan Rodrigues, Ana Mina-deo, Cláudia Tavares, Clélia Cardim, Érica Aragão, José

- Augusto Camargo, Marlene Bergamo, Michele Barros, Raphael Salomão, Ricardo Vital, Sérgio Kalili, Solange Melendez e Thiago Tanji

Comissão de Registro e Fiscalização do Exercício da Profissão (Corfep)

- Eduardo Viné, Flávio Carrança e Jorge Araújo

Diretores Regionais ABCD

- Bauru**
Sérgio Paes
- Campinas**
Marcos Rodrigues
- Piracicaba**
Patrícia Sant'Ana
- Ribeirão Preto**
Aureni Menezes
- Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira**
Fernanda Soares
- Santos**
Solange Santana

Sorocaba

- Fabiana Caraméz

Diretores de Base do Interior ABCD

- Jô Miyagui, Peter Suzano, Roberto Parizotti e Vilma Amaro**
- Bauru**
Antônio Ramos, José Reis, Ricardo Santana, Sérgio Borges e Tânia Brandão
- Campinas**
Agildo Nogueira Júnior, Leila de Oliveira e Ricardo Andrade
- Piracicaba**
Adriana Ferezim, Gustavo Franco Annunciato, Martim Vieira Ferreira e Paulo Roberto Botão
- Ribeirão Preto**
David Radessa, José Luiz Lançoni, Nilton Pinati Júnior e Sérgio Sampaio
- Santos**
Carlos Alberto Ratton, Carlos Norberto Souza e Rey-

naldo Salgado

- Sorocaba**
Abner Laurindo e Pedro Jorge Courbassier
- Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira**
Edvaldo Antonio de Almeida, Rita de Cássia Dell Aquila e Victor Cruz

Conselho Fiscal

- Amadeu Mémolo, João Marques, Luigi Bongiovanni, Norian Segatto e Vladimir Miranda

Comissão de Ética

- Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala, Rodrigo Ratier e Rose Nogueira

EXPEDIENTE

Diretora responsável:
Priscilla Chandretti (MTb 13.463/MG)

Diretor Adjunto:
Sérgio Kalili (MTb 25.532/SP)

Jornalista:
Adriana Franco (MTb 48.472/SP)

Imagem de capa:
Cadu Bazilevski e Mídia Ninja

Diagramação:
Paulo Henrique (MTb 0001939/AL)

Contribuiu nesta edição o jornalista Daniela Cunha (pág 12)

Impressão:
Gráfica Paineiras - Tiragem: 4.000 - Fone (19) 3406-2650

Artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do SJSP.

Rua Rego Freitas, 530 - Sobrelôja. CEP 01220-010. São Paulo - SP
Tel: (11) 3217-6299

- sjsp.org.br
- unidade@sjsp.org.br
- [/JornalistasSP](https://www.facebook.com/JornalistasSP)
- [/SindicatoJornalistasSP](https://www.facebook.com/SindicatoJornalistasSP)

A defesa dos direitos, no caso Abril e na Previdência

Após nove meses de intensa mobilização, os ex-funcionários da Editora Abril demitidos sem receber as verbas rescisórias conseguiram arrancar um importante acordo. Em assembleia com o auditório Vladimir Herzog lotado, em 14 de maio, foram aprovados os termos do acordo, prevendo, em particular, o prazo máximo de 16 de fevereiro de 2020 para a quitação integral do que a empresa deve aos demitidos – trabalhadores administrativos, distribuidores, gráficos e jornalistas.

A atuação do Sindicato foi essencial para garantir a organização e a coesão necessárias para impor à empresa uma negociação coletiva dos pagamentos. Desde os primeiros indícios da demissão que, a partir 6 de agosto passado, envolveu 804 funcionários do grupo Abril, a direção sindical iniciou sua atuação. O quadro tornou-se dramático em 16 de agosto, quando a empresa entrou em recuperação judicial e não pagou ninguém. Infelizmente, temos uma legislação que protege os caloteiros.

Na maioria dos casos semelhantes, os trabalhadores se veem engolfados em um interminável processo legal, e muitas vezes saem dele sem receber os seus direitos. No caso da Abril, o Sindicato dos Jornalistas se moveu para estruturar um movimento unitário com os sindicatos das demais categorias, que se expressou na realização conjunta de protestos, negociações, idas à Justiça, realização de assembleias e campanha dirigida à opinião pública nas ruas e em redes sociais, resultando numa intensa pressão sobre a empresa.

O acordo obtido em maio fixa a data última de pagamento. Prevê também a adesão individual dos demitidos a um acordo dire-

to com a Abril, pelo qual se recebe agora entre 70% e 95% do valor devido, mas no qual se abre mão de reivindicar judicialmente qualquer outro valor depois. Outra limitação do acordo é que os que têm créditos a receber acima de R\$ 250 mil sofrem deságio no pagamento e perdem parte do que a empresa lhes deve.

A luta no caso da Abril prossegue até a quitação de todos, mas teve neste acordo um marco importante. Uma das conclusões já tiradas foi a necessidade de reforçar o Sindicato pela via da sindicalização, já que a entidade enfrenta uma difícil situação financeira, e os jornalistas puderam vivenciar a intensidade do engajamento sindical e testemunhar a importância da estrutura jurídica e material para levar a mobilização a bom termo.

Desvio de recursos

É espantoso, no caso Abril, a facilidade com que a família Civita desidratou financeiramente a empresa antes de dar o calote bilionário em seus próprios funcionários. Agora se sabe que, de 2013 a 2017, os irmãos Civita retiraram gradualmente da editora R\$ 118 milhões, valor que daria para cobrir com sobras todos os créditos trabalhistas. Além disso, venderam em 2015 a empresa mais “saudável” do grupo, a Somos (antes Abril Educação), por estimados R\$ 1,3 bilhão, quase que o necessário para fechar o total dos créditos arrolados na recuperação judicial (R\$ 1,6 bilhão). Outra conclusão desse processo é que os sindicatos defendem a mudança na lei, para penalizar criminalmente empresários e grupos econômicos que possuem condições de pagar e se utilizam de instrumentos legais – como recuperação judicial ou autofalência – para não quitar

verbas alimentares, tal como direitos rescisórios de seus ex-funcionários.

O caso Abril também se liga à questão da Previdência Social. O governo federal, que propaga aos quatro ventos o “déficit” do sistema previdenciário como argumento básico para levar adiante a destruição do direito à aposentadoria, esconde que um dos principais fatores de sangria nos cofres da Previdência é a chamada “desoneração da folha” para segmentos econômicos – as empresas são liberadas de recolher para o INSS a contrapartida referente a seus empregados. Esse dispositivo retirou R\$ 143 bilhões da Previdência só em 2016. O setor de comunicações, empresas de rádio, TV, jornais e revistas – incluindo a editora Abril –, é um dos mais desonerados. Em suma, enquanto os donos da empresa retiravam milhões da Abril, engrossando seu patrimônio particular, economizavam milhões que deixavam de pagar para a aposentadoria dos trabalhadores.

Greve geral em 14 de junho

A última edição do “Unidade” trouxe um encarte que esmiúça a questão da Previdência, analisando os números da Seguridade Social e mostrando que com três medidas – a redução da sonegação (com a cobrança dos devedores), o encerramento da desoneração e o fim do desvio de recursos pelo governo federal para outros usos (a chamada DRU) – o suposto déficit estaria liquidado; a Previdência teria superávit sem reduzir qualquer direito de quem trabalha.

Fica claro também que, longe de atacar privilégios, a mal chamada “reforma” da Previdência tem como alvo o regime geral – justamente o que garante a

aposentadoria dos jornalistas em sua grande maioria, e cuja média de remuneração mensal é de R\$ 1.388. O objetivo é reduzir este valor, e dificultar ainda mais o acesso da população a ele. Se isso for aprovado, todos terão de trabalhar muito mais para atingir as condições de se aposentar. Não dá para esconder que o verdadeiro objetivo da “reforma” é beneficiar os bancos, ampliando-se o mercado da previdência privada. A gigantesca pressão de mercado nessa via mostra a atual força do capital financeiro, que empresta dinheiro à máquina pública e têm nas mãos os setores produtivos.

A única forma de defender as aposentadorias e barrar a “reforma” é a mobilização maciça dos trabalhadores, como mostra o exemplo da greve geral de 28 de abril de 2017, que jogou a pá de cal na proposta do governo Temer. As manifestações de 15 de maio, chamadas contra a reforma da Previdência, e que agregaram a defesa da Educação, superaram as expectativas, mostrando o descontentamento popular e a disposição para agir em defesa dos direitos.

O SJSJ, em conjunto com a CUT, apoia e participa deste movimento. Tal como em 2017, nossa entidade chamou uma assembleia (em 3/6), com a proposta de apoio à greve geral em 14 de junho, para dar base de ação a todos os jornalistas e a todas as redações que se organizem para tomar parte ativa no movimento. Nosso Sindicato apoia ativamente a greve geral e se engaja para o seu sucesso, em defesa da aposentadoria e de um futuro melhor para todos os brasileiros.

Direção do SJSJ



Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Governo aprova incorporação da Imprensa Oficial do Estado pela Prodesp

Continua a luta pela manutenção dos empregos

Marco Antônio Cardelino/ALESP

Os deputados estaduais aprovaram no dia 15 de maio, por 57 votos a 26, a incorporação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (Imesp) pela Companhia de Processamento de Dados do Estado (Prodesp). Era o Projeto de Lei 1/2019, do governador João Dória (PSDB). O governo do Estado foi autorizado a dissolver, liquidar ou extinguir três outras companhias estaduais.

Desde janeiro, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SJSP) e outras entidades representativas dos trabalhadores das estatais realizam um movimento contra este projeto.

Veja como foi a luta em bit.ly/ImespProdesp

A própria base aliada do governo na Alesp reclamou do PL 1/2019, considerando um cheque em branco. Ao mesmo tempo, os



Audiência pública sobre o PL 1/2019 lotou o plenário da Assembleia Legislativa

trabalhadores das companhias organizaram visitas aos parlamentares e manifestações contra a aprovação. Por isso, a tramitação não foi simples quanto previa o governo, que precisou fazer alterações como a retirada da estatal Dersa do projeto.

O governo anuncia que fará

um Plano de Demissão Voluntária (PDV) nas companhias atingidas. O projeto aprovado não dá nenhuma garantia aos trabalhadores. Limita-se a dizer que os atuais empregados "poderão" ser integrados aos quadros de pessoal.

Os sindicatos dos Jornalistas,

dos Gráficos e dos Administrativos solicitarão uma reunião com o presidente da Imesp, para defender nossa posição contra demissões e pela manutenção dos trabalhos desenvolvidos pela empresa.

Importância da Imprensa Oficial

O SJSP tem uma posição histórica de defesa da Imprensa Oficial como empresa pública de comunicação e, particularmente, dos jornalistas que ali trabalham.

O principal produto da Imesp é o Diário Oficial do Estado, por meio do qual a população tem acesso às decisões de governantes e legisladores e aos atos oficiais.

Ela também é responsável por publicações de interesse público, como grande parte do material didático usado na Rede Estadual de Ensino.

Sindicato quer reunião com governo para debater situação da RTV Cultura

O Sindicato dos Jornalistas SP solicitou uma reunião com o Governo do Estado de São Paulo para debater os rumos da Fundação Padre Anchieta, responsável pela Rádio e TV Cultura.

O pedido feito em maio é para discutir o futuro da emissora e as condições de trabalho dos jornalistas, que sofrem com defasagem salarial de 32,4% - acumulada desde 2013, desde quando só

tiveram um reajuste de 3,5% - ou com contratações precárias.

Segundo informações divulgadas na imprensa, João Dória (PSDB) pretende fazer "um choque de gestão", transformando

a emissora. O sindicato reitera a vocação pública da Rádio e TV Cultura e insiste na necessidade em resgatar este caráter por meio de uma programação de qualidade.

Governo Federal desmonta a estrutura da EBC e altera caráter da TV Brasil

O governo de Jair Bolsonaro (PSL) avança na destruição da estrutura da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e no fim de seu caráter público. Primeiro, estabeleceu a unificação da programação da TV Brasil, principal canal público de televisão do país, com a emissora estatal NBR, que veicula atos e informações do governo federal. Ao mesclar duas programações com finalidades distintas, na prática, o governo encerra a experiência

de um canal cujo conteúdo reflete a diversidade da população e tenha independência editorial frente ao governo.

Em seguida, veio o anúncio do fim da regional Maranhão, desmontando o sistema na região nordeste do país, pondo fim a um telejornal que estava há 35 anos no ar, e ameaçando o emprego e as condições de vida de dezenas de trabalhadores. **Veja mais: bit.ly/EBCMaranhao.**

Os jornalistas da EBC em São

Paulo participam, desde o final do ano passado, de uma campanha nacional para defender a EBC, o caráter público da TV Brasil e outros veículos, como a Agência Brasil e as rádios.

Acordo Coletivo de Trabalho

Em uma campanha conjunta dos sindicatos de radialistas e jornalistas do Distrito Federal, Rio e São Paulo, os trabalhadores da EBC estão há meses batalhando pela renovação do Acordo. A da-

Eduardo Viné Boldt



Plenária na EBC São Paulo

ta-base foi em novembro/2018. Os funcionários estão em Estado de Greve e insistem na negociação, com o Tribunal Superior do Trabalho como mediador.

Demitidos da Abril aprovam acordo e tem prazo final para quitação da dívida

André Freire

Em maio, os trabalhadores e trabalhadoras da Abril aceitaram por ampla maioria o Acordo Coletivo de Trabalho que estipula a data-limite de 16 de fevereiro de 2020 para o término dos pagamentos de todos os demitidos.

A assembleia aconteceu no auditório do Sindicato dos Jornalistas SP e reuniu as quatro categorias atingidas pela demissão em massa da empresa: jornalistas, gráficos, administradores e distribuidores.

A fixação da data para quitação dos créditos trabalhistas de até R\$ 350 mil foi uma garantia importante, arrancada após meses de mobilização dos demitidos. A base para esse ponto é a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo determinando que os créditos trabalhistas sejam quitados em, no máximo, 18 meses após a entrada em recuperação judicial. Para os trabalhadores, o problema era que, na prática, as recuperações judiciais se arrastam por anos e os pagamentos poderiam ser protelados por muito tempo ainda.

No entanto, a negociação não avançou em relação ao deságio imposto aos demitidos com valores mais altos (veja tabela) e nem em relação aos frilas, que tem negociação em separado (veja ao lado). Dos mais de 1.250 demitidos, cerca de 40 serão atingidos pelo deságio imposto pela empresa.

O acordo prevê, também, a possibilidade de adesão individual a um termo prevendo o recebimento de até 95% dos créditos em poucos dias, em troca



Assembleia dos demitidos da Abril discute proposta de acordo

da quitação integral da relação de trabalho. Ou seja, os trabalhadores que aderirem ficam impedidos de processar a Abril ou de usufruir das ações coletivas movidas pelo Sindicato, como as ações das multas pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias.

Em apoio aos funcionários lesados pela Abril, ex-trabalhadores da empresa divulgaram uma carta que já conta com 376 assinaturas. Em bit.ly/CartaAbril

A Abril recusou o acordo de que o trabalhador desse quitação apenas do valor recebido, o que seria o justo e correto. Mas ficou garantido a cada um a decisão de continuar brigando por seus direitos. O Sindicato dos Jornalistas respeita a decisão

dos profissionais que aderirem ao termo, após 9 meses esperando o pagamento de suas verbas trabalhistas, mas defende que se mantenha a resistência coletiva em busca do conjunto dos direitos.

“É preciso entender que o acordo tem pontos negativos que o Sindicato não aceitaria em situações diferentes, mas a recuperação judicial cria condições muito favoráveis à empresa que decidiu dar o calote e muita pressão sobre os trabalhadores. O principal avanço, o prazo para a quitação, só foi possível porque jornalistas e demais trabalhadores se mantiveram unidos e resistentes”, avalia Paulo Zocchi, presidente do SJSP e funcionário da Abril.

Resistência e unidade

Em 8 de maio, um ato em unidade, com 200 pessoas, denunciou os calotes da Editora Abril e da gráfica RR Donnelley. Juntos, cerca de 2300 trabalhadores não receberam verbas rescisórias. Enquanto os antigos donos da Abril, os Civita, têm patrimônio estimado em U\$ 3,3 bilhões - menos de 1% disso seria suficiente para pagar todos os 1.250 demitidos - a RR Donnelley teve faturamento global, só em 2018, de US\$ 6,8 bilhões!

Sindicato insiste em negociação coletiva para os frilas

Até o momento, não avançou a negociação com a Editora Abril para que mais de 200 jornalistas frilas que prestaram serviços para a empresa e foram incluídos na recuperação judicial sejam tratados pelas mesmas condições que os colegas jornalistas que eram celetistas (sem deságio, com o mesmo prazo limite para a quitação).

A situação é difícil porque o processo de recuperação divide os credores em classes, cada qual submetida a uma proposta de pagamento diferente. Enquanto os celetistas integram a classe I, com dívidas trabalhistas, os frilas são agrupados na classes III e IV, junto a empresas e bancos, por exemplo.

Nessa condição, **há profissionais que podem perder 92% do dinheiro que a Abril lhes deve!**

Jornalistas e Sindicato insistem que as verbas devidas são de natureza alimentar e exigem nova negociação.

Ao mesmo tempo, a Abril iniciou um movimento de assédio e pressão individual sobre os frilas para que estes emitam procurações para advogados da própria empresa representá-los na assembleia de credores que vai aprovar o plano de recuperação. Ou seja, é o devedor querendo controlar os votos dos credores na deliberação sobre as condições de pagamento!

Está claro que a empresa quer, com isso, contornar uma negociação para melhorar os termos do pagamento, que a organização coletiva dos jornalistas pode impor.

VEJA AS IMAGENS DA LUTA CONTRA O CALOTE ATÉ AQUI P.12



Pagamento aos trabalhadores demitidos
As negociações buscaram preservar os direitos, mas esbarram na legislação vigente para avançar mais

Até R\$ 250 mil

Pagamento integral das verbas trabalhistas

De R\$ 250 mil a R\$ 350 mil

Pagamento com deságio de 40%

Acima de R\$ 350 mil

Pagamento com deságio de 92% em 18 anos

Rumo a Greve Geral: cresce a mobilização contra a Reforma da Previdência

De 15 de maio a 14 de junho, trabalhadores se manifestam.

Jornalistas debatem sua participação

Roberto Parizotti/CUT



Manifestantes de 15/5 votam pela Greve em 14/6

Ganhou força nos últimos dias a preparação da Greve Geral contra a Reforma da Previdência, convocada em unidade por todas as centrais sindicais brasileiras. Diferentes categorias estão decidindo suas formas de participação, como trabalhadores do transporte (ônibus, trens e metrô da capital, da região metropolitana e de Santos).

O Sindicato dos Jornalistas SP vai realizar uma assembleia no dia 3 de junho para abrir a discussão com a categoria. Com

junto aos colegas.

As paralisações e atos de 15 de março foram um grande esquentado. Originalmente convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT) para lutar em defesa das aposentadorias, a Greve Nacional da Educação transbordou. Com os anúncios dos cortes do governo Bolsonaro no financiamento, que atingiu desde as séries iniciais às Universidades e à pesquisa científica, a mobilização passou a defender a Educa-

ção Pública, além da Previdência. Os jovens, organizados com a União Nacional dos Estudantes, chamam nova manifestação no dia 30 de março.

Para a direção do SJSP - que submete sua posição ao debate da categoria - não é necessária nenhuma reforma que retire direitos. O que é urgente é uma política de crescimento econômico que combata o desemprego, recompondo a arrecadação. A Proposta de Emenda Constitucional 6/2019, pelo contrário, vai jogar famílias na pobreza e

impactar negativamente a economia. Acreditamos que se trata de uma batalha difícil, pois a reforma unifica o setor financeiro e os grandes empresários, e seus representantes do Executivo e Legislativo, mas que a mobilização unitária dos trabalhadores pode impedir que ela aconteça.

Para isso chamamos os jornalistas para se somar no próximo passo dessa luta, a greve de 14 de junho.

Para isso chamamos os jornalistas para se somar no próximo passo dessa luta, a greve de 14 de junho.

10 RAZÕES PARA PARAR NO DIA 14/06
bit.ly/10RazoesGG

Em 2017, jornalistas cruzaram os braços

Em 28 de abril de 2017, uma grande Greve Geral mobilizou cerca de 40 milhões de trabalhadores e ajudou a inviabilizar a tramitação da reforma da Previdência do governo Temer. Os jornalistas de SP participaram em vários locais de trabalho.

Na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), por exemplo, cerca de 85% dos jornalistas da praça de São Paulo cruzaram os braços. Houve adesão parcial nas redações da Abril e do Uol. No site e no portal da revista Carta Capital, na revista Brasileiros e na Câmara Municipal de Guarulhos, os jornalistas aderiram à greve em 100%.

Sindicato debate a reforma da Previdência nas redações

O Sindicato dos Jornalistas SP tem visitado as redações jornalísticas para - entre outros assuntos, como as campanhas salariais e a sindicalização - debater com a categoria os principais pontos e prejuízos que a Proposta de Emenda Constitucional 6/2019 traz para os jornalistas profissionais e para o povo trabalhador em geral.

Diretores da entidade distribuem o jornal Unidade especial sobre a Previdência (veja ao lado) para dar subsídio ao debate. "Temos buscado tratar do discurso do presidente Jair Bolsonaro e de seu governo. Eles dizem que estão combatendo os privilégios, mas já está claro que quase todas as medidas atingem trabalhadores que estão no regime geral da Previdência, no qual a média dos benefícios é de ape-

nas R\$ 1388,08, segundo o DIEESE. O teto do INSS hoje, ou seja, aquele trabalhador que recebe o máximo possível e é a exceção, é de R\$ 5,8 mil. Isso está abaixo da média salarial da nossa categoria. Quer dizer que os jornalistas assalariados são os privilegiados do nosso país?", explica Paulo Zocchi, presidente do SJSP.

Segundo a justificativa apresentada pelo Ministério da Economia na PEC 6, "ricos" tendem

Douglas Beck



Diretores do Sindicato debatem a reforma em redações da Abril

a se aposentar por tempo de contribuição, com a incrível renda mensal média de R\$ 2.231,00! É neste contingente que está a maior parte dos jornalistas aposentados.

Em compensação, os verdadeiros privilegiados ficam de fora da reforma: não há nenhuma proposta de tributação das grandes fortunas, e os grandes empresários, que arcam com a contrapartida patronal, podem passar a não pagar nada dependendo do modelo de capitalização adotado, posteriormente, por lei complementar.

O Sindicato já levou o debate às redações de jornais e revistas da capital, e a locais de trabalho de cidades do interior, como Santos. Nos próximos dias, volta às empresas, agora de outros setores, como Rádio e TV.

Acesse o jornal especial sobre a Previdência

Uma edição especial do Unidade traz informações e levantamentos de dados a respeito da Previdência Pública de organizações como o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP). Déficit da Previdência: fato ou fake? Qual o impacto da Desvinculação de Receitas da União? E das desonerações, dívidas e sonegação? Por que há diferenças nos cálculos do governo e de especialistas que se opõem à reforma?

Acesse: bit.ly/UnidadePrevi

Jornalistas e a Previdência: Profissionais serão prejudicados pela PEC 6

Entre as perdas, mulheres podem trabalhar até 9 anos a mais. Precarização do mercado de trabalho impõe dificuldades extras.

Enviada ao Congresso Nacional em fevereiro de 2019, a Proposta de Emenda Constitucional 06/2019 “modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e da outras providências”. Segundo Nota Técnica do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), as medidas propostas por Bolsonaro são ainda mais amplas e profundas do que a Proposta de Reforma da Previdência do Governo Temer, que não prosperou no Congresso Nacional.

As novas regras farão, por exemplo, com que os profissionais se aposentem mais tarde e contribuam por mais tempo; recolham contribuições maiores; recebam benefícios menores e não garante a correção do benefício pela inflação anual.

Fim do Reajuste

As mudanças devem impactar não apenas quem ainda vai se aposentar, mas pode afetar, inclusive, trabalhadores que já tem o benefício. Esse é o caso da

jornalista Solange, 61 anos, que desde 1987 trabalha em empresas de comunicação. Em 2008, Solange decidiu se aposentar pelo tempo de contribuição recebendo o benefício proporcional. Por isso, precisa continuar trabalhando para se manter.

Se a PEC 6/2019 passar, a situação vai ficar ainda mais difícil. Mesmo aposentada, a jornalista sofrerá com o fim da vinculação do reajuste das aposentadorias ao aumento do salário mínimo. “A partir do momento que existe a proposta de fazer o reajuste das aposentadorias desvinculado do aumento do salário mínimo, os aposentados já estão correndo risco, principalmente quem ganha mais que o salário mínimo”, avalia.

Aumento da contribuição no serviço público

Trabalhadores no serviço público também devem ser impactados com as novas regras. Os servidores privilegiados que o governo diz combater são, na prática, jornalistas, professores, agentes funerários, enfermeiros,

lixeiros e assistentes sociais.

A jornalista Renata, 36 anos, trabalha como servidora municipal desde 2007 e contribui mensalmente com 11% do seu salário para os regimes próprios de previdência. Com as novas regras, ela e seus colegas terão que passar a pagar imediatamente uma alíquota de 14%, 3 p.p. a mais. O confisco no salário equivale a 11 dias de trabalho - uma perda salarial imediata e permanente, que será mantida ao longo de sua vida funcional.

E a situação pode ser ainda pior: o município na qual Renata é servidora pode decidir aplicar uma alíquota ainda maior, de por exemplo 14,5% ou 16,5%, desde que siga as taxas escalonadas previstas pela União, de acordo com o Dieese.

Mais tempo de contribuição e valor menor do benefício

Milhões de trabalhadores terão que trabalhar muitos anos a mais caso queiram se aposentar com o valor integral da aposentadoria. Mesmo com a regra de transição, podem sofrer com

uma perda de quase 50%.

A jornalista Marcia, 50 anos, é uma destas trabalhadoras. Jornalista desde 1987, já contribuiu para o INSS por 30 anos. Pela regra 86/96, ela trabalharia mais 3,5 anos para se aposentar por tempo de contribuição, com direito a receber o benefício integralmente. Atualmente, a regra permite que as mulheres se aposentem com valor integral quando somam 86 pontos (idade + tempo de contribuição).

Para receber o benefício integral, de acordo com a reforma, a jornalista só poderá se aposentar aos 62 anos de idade - devendo trabalhar quase uma década a mais.

Além de trabalhar por mais tempo, a jornalista também será atingida pela mudança no cálculo do valor de benefício, pois a reforma muda a base de cálculo. O novo cálculo considera todas as contribuições, incluindo as mais baixas, reduzindo o valor do benefício.

Federação Nacional dos Jornalistas diz não ao armamento de profissionais

Em maio, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) publicou decreto facilitando o porte de arma para diferentes setores da população, entre eles jornalistas profissionais. Publicamos abaixo trechos da posição da FENAJ, que está na íntegra em: bit.ly/NaoArma

“A posse de armas de fogo pela população é determinante para mortes acidentais e contribui significativamente para o aumento da violência social.

Quanto aos jornalistas que fa-

zem cobertura policial, a FENAJ entende que a posse/transporte de armas não vai contribuir para a segurança dos profissionais, que devem cuidar da produção da notícia, sem exposições ou enfrentamentos que coloquem em risco sua integridade física. O porte de arma pode, inclusive, transformar o jornalista em alvo.

Cabe ao aparato de segurança do Estado garantir a segurança dos jornalistas e demais profissionais da comunicação no exercício

profissional, ainda que em coberturas jornalísticas nas quais os profissionais são expostos a riscos. Igualmente, cabe às empresas jornalísticas adotarem medidas para mitigar os riscos a que são submetidos os jornalistas nas coberturas policiais e em outras situações em que a segurança dos profissionais esteja em xeque. A FENAJ tem defendido a ação, por parte das empresas jornalísticas, de um Protocolo de Segurança para a atuação profissional (...)”

Queremos
Respeito,

NÃO ARMAS!

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

Em legítima defesa, sindicalize-se!

Jornalistas reagem à Medida Provisória de Bolsonaro que ataca sindicatos

No meio de uma batalha em torno do sistema de Previdência, o governo de Jair Bolsonaro (PSL) tenta minar a capacidade de organização dos trabalhadores, atacando a existência material dos sindicatos e, com isso, o nosso direito de organização.

A Medida Provisória 873, de 1º de março, pretende impedir o desconto das contribuições sindicais diretamente nas folhas de pagamento dos trabalhadores. Pelo seu texto, as contribuições devem ser feitas apenas por boleto bancário após autorização expressa, individual e por escrito do trabalhador.

Com isso, Bolsonaro desrespeita inclusive o desejo de cada profissional que decide, voluntariamente, autorizar o desconto da mensalidade ao seu sindicato, na sua própria folha de pagamento, e a vontade coletiva das categorias que formalizam essa autorização em Acordos e Convenções Coletivas. Visando atrapalhar ou, no limite, bloquear os repasses (inclusive os decididos em assembleia), Bolsonaro pretende asfixiar a sustentação financeira das entidades sindicais que organizam as lutas salariais,

por melhores condições de trabalho e pelos direitos sociais dos trabalhadores.

“Essa medida é uma ingerência direta do governo, uma arbitrariedade e uma brutalidade contra a organização dos trabalhadores”, afirma Paulo Zocchi, presidente do Sindicato dos Jornalistas SP. E veio em um momento no qual as entidades sindicais já estavam fragilizadas, após a Reforma Trabalhista, que reduziu as receitas com a contribuição sindical, também conhecida como imposto sindical, a quase zero.

Nosso Sindicato sempre teve posição contrária ao imposto sindical, mas passou a depender de seus recursos ao longo do tempo, em especial graças à dívida herdada do plano de saúde fundado em 2000, a qual ainda estamos pagando. Com a reforma trabalhista, precisamos reduzir a nossa estrutura de atendimento à categoria. No entanto, preservamos nossa capacidade de responder às principais demandas. É isso que está ameaçado a partir da MP.

A resposta da nossa categoria veio com o início da campanha

de sindicalização (abaixo). “Nas redações, temos explicado que se os jornalistas querem ter sindicato para, por exemplo, ter negociação em torno do reajuste salarial, precisam se filiar. E o resultado foi muito positivo, algumas redações tiveram dezenas de novas sindicalizações, como não víamos há muitos anos. Sentimos ser uma resposta da categoria contra a violência do governo Bolsonaro.”

Jornalista sindicalizado: se você contribui por desconto em folha, fique atento ao seu holerite. Caso o desconto seja suspenso, avise ao Sindicato!

Esclarecemos que nas empresas dos setores de Jornais e Revistas e de Rádio e TV de todo o estado, o desconto é garantido por Convenção Coletiva de Trabalho, que tem força de lei. O mesmo vale para empresas de outros setores com as quais temos Acordo Coletivo, acesse a lista em sjsj.org.br/pagina/convecoes

Campanha de Sindicalização: cerca de 200 sindicalizados em 2 meses

É nesse cenário de grave crise econômica, ameaça aos direitos e às aposentadorias, e intimidação contra os jornalistas profissionais, que nossa categoria tem demonstrado disposição de se organizar e resistir coletivamente. A Campanha Permanente de Sindicalização, com o mote “Em Legítima Defesa, Sindicalize-se”,

está percorrendo as redações jornalísticas desde 20 de março.

Dois meses depois, o expressivo número de jornalistas que aderiram ao sindicato é de quase 200!

Na avaliação da secretária de Sindicalização, Lílian Parise, “estamos vendo nossa categoria decidir que precisa sustentar nossa

entidade, instrumento legal e legítimo para garantir nossa luta coletiva”.

Junte-se nessa luta! Pela internet, leva só dois minutinhos. Acesse sjsj.org.br/pagina/seja-um-associado

**EU SUSTENTO
MEU SINDICATO**

Conheça as formas de mensalidade do Sindicato dos Jornalistas SP

PROPORCIONAL
para jornalistas celetistas ou servidores públicos

1% DO SALÁRIO
Com **TETOS** de **R\$ 34,00** para o interior e **R\$ 58,00** para a Capital

FIXA

R\$ 34,00
INTERIOR

R\$ 58,00
CAPITAL

★ SOLIDÁRIA
Quantia voluntária mais alta

Em caso de dúvida, entre em contato: sindicalizacao@sjsj.org.br



Conselho Editorial é eleito para renovar comunicação do Sindicato

Na pauta, reformulação do projeto gráfico e editorial do jornal Unidade

O Sindicato dos Jornalistas SP tem novo Conselho Editorial para os seus veículos. Os colegas que assumiram a tarefa de ajudar a diretoria a pensar a Comunicação com a categoria são os jornalistas Carlos Mello, Cinthia Gomes, Decio Trujilo, Fábio Bosqué, Laerte Coutinho, José Hamilton Ribeiro, Juca Kfourri, Larissa Gould, Laurindo Lalo Leal Filho, Márcia Regina Quintanilha, Maria Inês Nassif, Mônica Zaratini, Pedro Zavitoski Malavolta e Rodrigo Vianna.

Eles foram eleitos em uma assembleia no mês de abril, após uma longa e qualificada discussão não apenas sobre comunicação, mas sobre o Sindicato. Em todas as falas, a preocupação com fortalecer a entidade e trazer mais colegas para se sindicalizar.

“A prioridade da comunicação deve ser empenhar todos os esforços para convencer os nossos colegas a se sindicalizarem, a sustentarem a entidade”, avalia Juca Kfourri. Vários presentes

também demonstraram preocupação em se aproximar com os setores mais jovens da categoria.

“Nosso jornal e nossa comunicação tem de investir em reportagens que nos permitam, como categoria, refletir sobre nossos problemas e desafios coletivos”, avalia Maria Inês Nassif.

Na pauta, novo projeto para o Unidade

O conselho já realizou sua primeira reunião no mês de maio, e decidiu começar por uma re-

formulação do jornal do Sindicato. Um grupo de trabalho foi definido para construir um projeto que busque, por um lado, reduzir os custos com o material (com gráfica e distribuição), e por outro possa, mantendo o caráter sindical do Unidade, abrir espaço para reportagens que reflitam a realidade da categoria, contribuições e debates dos jornalistas da base.

Além do Unidade, o conselho vai tratar do site, boletim, redes sociais e novas plataformas.

Cadu Bazilevski



Assembleia que elegeu conselho fez debate qualificado sobre o fortalecimento do Sindicato

Campanhas salariais de Jornais e Revistas

CAPITAL:

Começa a negociação com as empresas

A negociação salarial e sobre a Convenção Coletiva de Trabalho, entre o Sindicato dos Jornalistas e o sindicato patronal, começou em maio. A pauta de reivindicações foi debatida e aprovada pelos jornalistas, e entregue ao sindicato patronal ainda em março.

Na rodada inicial de negociação, o sindicato patronal não apresentou proposta para as cláusulas econômicas, mas manifestou sua disposição de man-

ter no geral as cláusulas que compõem a Convenção Coletiva. O debate econômico abordará o piso salarial da categoria, o reajuste de salário a partir de 1º de junho, a Participação nos Lucros e Resultados, o auxílio creche e o vale alimentação.

A direção do sindicato reforçou, durante a negociação, a defesa de condições dignas de trabalho para os jornalistas, o que coloca no centro das preocupações a preservação dos salários e dos demais direitos econômicos – num cenário em que a inflação pode chegar aos 5% –, bem como cláusulas que protejam a categoria de um aumento da precarização. O SJSP destaca

também pontos que valorizam a atividade jornalística, como a do direito de consciência e de proteção dos profissionais contra a violência, além da preservação dos empregos, pois a redução progressiva das redações prejudica diretamente o jornalismo e piora as condições de vida, pelo aumento na carga de trabalho.

INTERIOR:

Jornalistas apresentam pauta de reivindicações

As demandas da categoria para a CCT, com data base em 1º de junho, foram apresentadas

ao sindicato patronal no final de abril. O Sindicato dos Jornalistas SP cobra das empresas o início, o quanto antes, das negociações.

Os jornalistas querem a reposição da inflação acumulada nos últimos doze meses pelo INPC, mas também vão lutar por um aumento real de 3% por produtividade, devido à sobrecarga de trabalho decorrente do enxugamento das redações.

Além das questões econômicas, a categoria aprovou em todo o Estado a preservação do conjunto da Convenção e também a inclusão de novos pontos relativos à terceirização, ao trabalho intermitente e ao trabalho temporário, entre outros.

Todos os jornalistas têm direito à jornada especial, decide Justiça paulista

Servidores públicos da Câmara Municipal de Guarulhos conquistam 5 horas diárias

Os jornalistas da Câmara Municipal de Guarulhos conquistaram reconhecimento do direito à jornada diferenciada, segundo acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo. A decisão, tomada unanimemente pelos desembargadores, é resultado de ação judicial movida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), e ainda cabe recurso.

No documento, a relatora Silvia Meirelles destacou que não pode haver conflito entre as leis

municipais e as leis nacionais - o Decreto-lei nº 972/69 e a Lei nº 6612/78, que regulamentam a profissão de jornalista. Segundo o acórdão, a jornada de trabalho de 5 horas diárias, considerando a legislação aplicável à profissão de jornalista, "deve ser aplicada a todos os profissionais da área, independente do vínculo mantido na prestação de serviços, seja ele na iniciativa privada ou do Poder público."

"Mesmo cabendo recurso, a decisão é um importante prece-

dente para que o Sindicato possa exigir de outros órgãos públicos o cumprimento da jornada legal dos jornalistas", explica o advogado Raphael Maia, coordenador do departamento jurídico do Sindicato.

Entenda o caso

Em 2017, a direção do SJSP havia buscado diálogo direto com a Câmara de Guarulhos para regularizar a jornada dos profissionais, mas não houve acordo. "A decisão é uma vitória da per-

sistência coletiva dos jornalistas, que enfrentaram o assédio moral no local de trabalho, mas não recuaram de reivindicar aquilo que consideram seu direito", avalia a diretora do Sindicato Priscilla Chandretti.

No momento, a ação segue tramitando no TJSP, onde aguarda resposta para um embargo impetrado pela Municipalidade de Guarulhos a respeito da remuneração dos profissionais. Novidades serão divulgadas no site do Sindicato.

Trabalhadores da TVT defendem empregos

Os Sindicatos dos Jornalistas e dos Radialistas da TVT têm realizado assembleias com os trabalhadores para debater a atual situação financeira da emissora, as demissões e as condições de trabalho.

Em 22 de maio, os trabalhadores conseguiram fazer uma

reunião aberta com a direção da fundação e as entidades sindicais mantenedoras para reivindicar informações e estabelecer um compromisso de diálogo permanente.

Os funcionários exigem transparência da fundação que mantém a emissora, frente à crise

financeira dos sindicatos, em decorrência de medidas de Temer e Bolsonaro. A TVT é sustentada por três entidades (APEOESP, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Sindicato dos Bancários de São Paulo e Região), afetados pela reforma trabalhista e pela MP 873 (ver página 8).



Cadu Bazilevski

Reunião entre trabalhadores, sindicatos dos jornalistas e radialistas e sindicatos mantenedores da TVT

PROGRAMA A VOZ DAS RELIGIÕES AFRO SERÁ RESPOSTA À RECORD TV

Por Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial – Cojira

No dia 30 de maio, em uma Roda de Conversa, promovida pela Cojira-SP - Comissão dos Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, o advogado Hélio Silva Júnior, coordenador geral do Idafro (Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões Afro-brasileiras) confirmou que os programas que irão ao ar como Direito de Resposta no processo movido contra o Grupo Record TV já estão prontos para serem exibidos. O programa "Voz das Religiões Afro", que será apresentado pela jornalista Claudia Alexandre terá quatro edições

de conteúdos distintos, "para reestabelecer a verdade e rebater as ofensas e injúrias veiculadas pela emissora", confirmou ele. O evento intitulado "Direito de Resposta e Racismo Religioso em Pauta" contou com a parceria com o Nera - Núcleo de Estudos Étnico-Raciais das faculdades FMU-FIAM-FAAM.

Dr. Hélio falou para um público composto por jornalistas, estudantes de jornalismo e convidados sobre o longo processo de ganho contra o Grupo Record TV, que durou 16 anos para ter a sentença cumprida, o que segundo ele, acumulou prejuízos

aos seguidores de Umbanda e Candomblé, demonstrando práticas de racismo religioso e intolerância religiosa, que extrapolaram a tela da TV.

Participaram da mesa os jornalistas Flavio Carranço, Guilherme Soares e Claudia Alexandre (Cojira) e a professora e cientista social, Rute Reis (Nera). Foram debatidas questões importantes, como o papel da mídia na naturalização de práticas racistas; o lugar da religião na pauta diária de veículos de comunicação; o impacto da invisibilização e da estereotipação do negro pela mídia brasileira, entre outros.

As datas de veiculação do programa A Voz das Religiões Afro, na Record News, serão divulgadas pelas redes sociais. Dr. Hélio Silva Jr. foi secretário da Justiça do Estado de São Paulo e é um dos mais respeitados defensores da cultura e das religiões de matrizes africanas. Em 2016, foi homenageado com o Troféu Asé Ilesé (A força dos nossos ancestrais) conferido pelo Centro Cultural Africano à lideranças religiosas e personalidades públicas que se destacam na luta contra a intolerância religiosa.

Colaboração de Cláudia Alexandre

"Parte da mídia brasileira está nas mãos do mercado financeiro"

Maria Inês Nassif completou, este ano, 45 anos na profissão, sempre escrevendo de política e economia. Começou com 17. Passou pelos principais jornais do país: O Globo, Jornal do Brasil, Valor Econômico, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Gazeta Mercantil. Trabalhou em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Hoje, dedica-se a imprensa independente.

Como está sendo a cobertura da imprensa na reforma da Previdência?

A grande imprensa, embora tenha ressalvas a outros temas do governo Bolsonaro, colocou a reforma acima de tudo. Enquanto a mídia achar que Bolsonaro tem condição de acabar com a Previdência pública, vai ao menos fingir que ele tem alguma longevidade no governo.

Desde o governo Fernando Henrique Cardoso, ajuste fiscal é a grande unanimidade do jornalismo econômico. E para fazer esse ajuste, qualquer proposta que acabe com a Previdência Social tem unanimidade. Não há divergência na cobertura. É como se todo empregado, toda a pessoa que vai depender da Previdência no futuro estivesse gostando disso.

Os jornais passam ao lado do verdadeiro sentido da reforma do ministro da Economia, Paulo Guedes, que é a financeirização de uma poupança que o aposentado fez a vida inteira [o chamado regime de capitalização]. Essa poupança vai direto para os bancos. É uma entrega da poupança dos trabalhadores para os bancos, para a especulação financeira. Foi o que acabou com a Previdência no Chile. Isso a imprensa ignora.

O que mais a mídia deixa de mostrar?

Na ideologia liberal dos jornais, o que vale é o controle fiscal. A



Maria Inês em assembleia no SJSP

imprensa simplesmente despreza outros dados. No Liberalismo é um absurdo ter-se qualquer tipo de compromisso social, inclusive, aposentadoria, e faz-se a seguinte conta: do total de recursos que entra, via contribuição, e do total que sai, via aposentadoria. Acontece que nesse total que sai, a imprensa está colocando também pensões. E existe uma diferença entre aposentadoria, em que a pessoa contribui, e pensões, em que não contribui. Esse dinheiro que o governo dá em forma de ajuda, de Assistência Social, e aqui entra também o Bolsa Família, pensão para idoso, pensão para deficiente e tudo mais, não pode ser misturado ao INSS. E o que muitos na imprensa estão fazendo o tempo todo é somar as duas coisas, como se o INSS tivesse que pagar a Assis-

tência Social do governo.

Outra coisa: na época dos governos do ex-presidente Lula, num país como o Brasil, com um grande contingente de desempregados, crescimento econômico significou aumento de contribuição ao INSS. Mas agora, depois das mudanças nas leis trabalhistas promovidas no governo Temer e que o governo Bolsonaro pretende aprofundar, a conta não vai fechar nem quando a economia crescer, porque foi praticamente legalizado o trabalho sem carteira assinada, com jornada intermitente, terceirização e tudo mais. Com

isso, os liberais tem mais pretextos para dizer que o sistema [previdenciário] de repartição é um sistema que não se sustenta a longo prazo. Pretexto para o governo abrir mão de qualquer responsabilidade sobre a Previdência, instituindo o regime de capitalização.

Com a capitalização, não só as pessoas deixam de contribuir com as suas aposentadorias, como também o Estado deixa de ter qualquer obrigação com essas pessoas. Então: "Não poupou durante a vida ativa de trabalho, a culpa é sua que não poupou."

É uma coisa perversa: tira-se do trabalhador de todos os lados.

Quem ganha com isso?

Quem ganha é o sistema fi-

nanceiro. Sistema financeiro está pegando a poupança dos trabalhadores, colocando no sistema, aplicando para ganhar ou perder. No Chile, onde já é assim, é alto o custo de gestão. Não é o governo que vai gerir isso, é o sistema financeiro. A ideia é jogar para o sistema financeiro.

Qual a ligação da mídia com o sistema financeiro?

As mídias se financeirizaram. Principalmente com a especulação cambial que houve na época do governo Fernando Henrique. Estão nas mãos do sistema financeiro. O Estadão está praticamente financeirizado. O que acontece com outras grandes empresas do mundo todo acontece na mídia brasileira, que é de redução de despesa a todo custo porque o ganho com o mercado financeiro é muito maior do que com assinantes. Existe uma financeirização da economia brasileira em geral e da mídia.

Por que grandes empresários de comunicação, assim como o mercado, querem mexer na Previdência e não nos juros altos?

Muitas empresas de comunicação viraram S. A. (Sociedade Anônima é uma empresa formada por acionistas). O dirigente de uma S. A. é obrigado a apresentar lucro, o desafio é dar cada vez mais lucro para os acionistas. Anualmente tem que prestar contas aos acionistas. E dependendo do resultado, esse dirigente pode ser mantido ou excluído dos quadros da empresa. E tem metas. Hoje em dia, se não entrar no mercado financeiro e ganhar com especulação financeira, o executivo não dá conta da meta. Houve, não só aqui, mas no mundo inteiro, uma financeirização das empresas. E a criação do produto passou ideologicamente a servir aos interesses desse mercado financeiro também.

9 meses de LUTA contra o calote da Abril

ago
2018

- **Demissão** em massa + Recuperação Judicial = 1250 dispensados e freelancers sem direitos
- **Nasce o Abril com Fome**



dez
2018

- 35 demitidas e **esposas de demitidos vão ao fórum** e surpreendem o juiz da RJ com carta-apelo



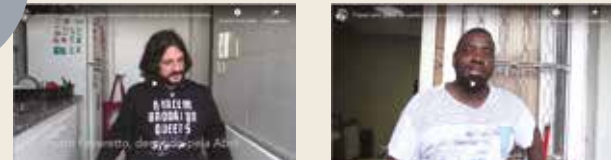
set
2018

- **Carta Aberta** aos Civita.
- **350 demitidos protestam** na Abril empunhando capas com denúncias



jan
2019

- "Vítimas da Abril", série de **vídeos que contam histórias de demitidos**, comove o público



mar
2019

- Os jornalistas **Fábio Sasaki e Dagma Serpa** morrem sem receber o que a Abril devia a eles



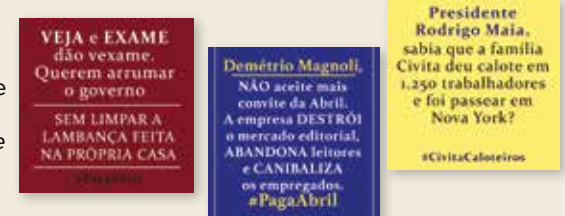
out
2018

- **Protesto digital** sobre o Prêmio Claudia
- **Apitaco** durante a Assembleia de Credores
- Nesta data saíram as **capas** da *Elle* e da *Saúde*
- **Bloqueio na gráfica**: caminhões não saem e *Veja* atrasada nas bancas



abril
2019

- **Protesto digital** sobre o Fórum *Veja/Exame*



nov
2018

- **Protesto digital** sobre o Fórum Quatro Rodas, no Salão do Automóvel
- **Trabalhadores atrasam** mais uma vez a distribuição de *Veja*



A indústria automobilística que participa do #FórumDireções, da Abril
Não associe sua marca a quem se nega a pagar verba alimentar a demitidos. Exija o pagamento desta dívida desumana.

maio
2019

- 376 jornalistas **assinam carta** em apoio aos demitidos
- **Manifestação pressiona** nova direção da Abril
- **Sai o acordo de pagamento** aos trabalhadores

